

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 12.07.2018

Reforçar a consciencialização sobre a reciclagem, promover o uso de produtos “amigos do ambiente” e a redução do plástico a partir da fonte

Todos os países se deparam com o desastre da poluição plástica. Segundo o relatório da ONU, divulgado no mês passado, apenas 9% dos 9 mil milhões de produtos de plástico existentes no mundo foram reciclados, o resto foi enterrado em aterros ou abandonado, com grave impacto para o ambiente. Muitos residentes e associações civis de Macau tomaram a iniciativa de promover a redução do plástico, por exemplo, o uso de utensílios de mesa “amigos do ambiente”, o transporte de copos próprios, e o abandono das palhinhas, com a expectativa de reduzir os utensílios de plástico não reutilizáveis.

Para impulsionar a reciclagem, os Serviços de Protecção Ambiental realizaram várias actividades nestes últimos anos, tais como o Programa de Pontos “Verdes”, a reciclagem de desperdícios alimentares, pilhas e envelopes de “lai si”, e a actividade “Reduzir o uso de sacos de plástico poderá dar prémios 2018”, com o objectivo de incentivar os residentes a reduzir o uso de sacos de plástico. Aos participantes no Programa de Pontos “Verdes” são atribuídos cupões, e os que recusarem sacos de plástico podem participar num sorteio. É de crer que os prémios em vez de castigos contribuam para incentivar a participação dos residentes na reciclagem. Segundo recentes afirmações da DSAP, está em curso a elaboração de instruções sobre os bebedouros públicos, no sentido de impulsionar os serviços públicos abertos ao público a disponibilizarem bebedouros seguros e higiénicos. A iniciativa do Governo, isto é, a fixação de critérios de higiene, vai aumentar a confiança dos residentes nos bebedouros e, ainda, contribuir para melhorar os equipamentos urbanos, o que merece o nosso elogio.

A redução do plástico passa pelo incentivo à sua recolha e pelo aumento dos ecopontos nos locais mais convenientes para os residentes, copiar os métodos do exterior, isto é, legislar para limitar o plástico, pode não corresponder às especificidades de Macau enquanto cidade de turismo. Macau tem uma população de apenas cerca de 600 mil habitantes, e mesmo que se consiga alterar os seus hábitos, será difícil alterar os hábitos dos 30 milhões de turistas que nos visitam anualmente. Temos limitações de recursos de solos, a mão-de-obra é cara, e mesmo que se invista em grande escala em equipamentos

de reciclagem, vamos continuar a não conseguir atingir uma escala de tratamento de nível industrial, devido à produção anual de apenas 500 mil toneladas de resíduos sólidos. No início deste ano, o País implementou regras rigorosas sobre a “Proibição de importação de resíduos dos oceanos”, uma medida que aumentou ainda mais a pressão do sector da recolha de resíduos. Tendo em conta as estratégias ecológicas de várias regiões, sugiro o seguinte:

1. Estudar a introdução de produtos verdes de substituição, para alargar as opções. No sector da restauração, a escolha de utensílios para as refeições é muito importante, as embalagens de *take away* são produtos básicos oferecidos pelos lojistas. Se se impuser a interdição ou redução de produtos plásticos, os operadores do sector nem sempre têm conhecimentos profissionais para promover o desenvolvimento de produtos amigos do ambiente, assim, é difícil alcançar o objectivo de reduzir a poluição ambiental. Espero que os serviços competentes avancem em primeiro lugar, para servir de exemplo, com estudos ou com a introdução nesta cidade de produtos verdes de substituição, e que se tome como referência os fabricados nos EUA ou em alguns países asiáticos e europeus, por exemplo, a utilização de desperdícios de cana-de-açúcar para fabricar utensílios descartáveis, o recurso a substâncias comestíveis para fabricar sacos, e o uso de fibras produzidas a partir de proteínas. Trata-se de produtos inovadores que merecem investigação.

2. Elevar o nível dos conhecimentos da população, reduzindo o uso de produtos descartáveis devido à sua conveniência. Para além de incentivar a população a participar em actividades de recolha de resíduos, deve ainda incentivar-se a sua reutilização. Se utilizarmos várias vezes os diversos produtos, reutilizáveis ou não, o consumo respectivo diminui, e mais, como a sua reutilização obriga o utilizador a ser o responsável pela limpeza e respectivos riscos, este pode usar os produtos com tranquilidade. Os lojistas devem mesmo apoiar a reutilização dos sacos de plástico, caixas de lanche e copos, e o Governo pode aumentar as recompensas para as “actividades de redução do plástico”, com vista a incutir hábitos de reutilização entre os jovens. As acções para redução do plástico não podem ser resolvidas de um dia para outro, e só com os esforços conjuntos dos cidadãos e do Governo é que é possível reduzir os resíduos a partir da fonte. Apelo aqui aos serviços competentes para estudarem este tema de forma sistemática e ordenada. Sugere-se o estabelecimento de critérios de protecção ambiental. E mais, devem agir para concretizar planos de saída dos

(Tradução)

produtos plásticos de consumo e sistemas de reciclagem, entre outros. Há que mostrar aos cidadãos a determinação do Governo na construção de um ambiente verde e na resolução do lixo ambiental.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 12.07.2018

Rever a Política Geral de Trânsito e Transporte Terrestres de Macau

Enquanto centro mundial de turismo e lazer, Macau está a enfrentar o aumento da densidade populacional e a multiplicação das necessidades de deslocação. Ao mesmo tempo, o número de turistas não pára de aumentar, e os transportes públicos não satisfazem as necessidades dos residentes e turistas. Face a esta situação, a política geral de trânsito e transportes terrestres mostra-se desequilibrada.

Na verdade, para corresponder às expectativas da população e para que esta fique a par das razões, os projectos e planos dos serviços públicos, bons ou maus, devem ser divulgados adequadamente.

O planeamento do tráfego é uma componente importante do planeamento urbanístico de Macau. Porém, a entidade competente pela gestão e elaboração de políticas de tráfego, apesar de ter muitos recursos e profissionais, não consegue, frequentemente, convencer a população, e pretende sempre aplicar sanções irrazoáveis para resolver os problemas. Como falta uma ponderação global e uma visão de desenvolvimento sustentável, os planos são criticados e não são postos em prática.

Afinal de contas, a entidade em questão negligencia as opiniões e a experiência dos profissionais locais, e abandona o apoio técnico local. Além disso, não persiste com as políticas boas, e só adopta medidas de visão curta e de efeitos rápidos, como aumentar os custos de utilização (multas), ou fazer modificações inadequadas de ruas e pontes. Este tipo de actuação resulta em conflitos entre os residentes, pois as deslocações são cada vez mais difíceis. Além disso, como é difícil andar de autocarro, os residentes são incentivados a comprar carros, o que agrava os engarrafamentos, a falta de lugares de estacionamento e a poluição. O mais irónico é que em alguns parques há lugares vazios, enquanto nas ruas à volta muitas motas estão estacionadas ilegalmente.

Nos últimos anos, como a entidade em questão estabeleceu passadeiras sem nenhuma ponderação científica nem análise estatística, surgiram conflitos entre condutores e peões. Com estas passadeiras mal planeadas por toda a cidade, e o

reforço da fiscalização aos veículos, os engarrafamentos são mais graves e os conflitos entre os residentes são maiores.

Apresento então aqui algumas sugestões:

Na elaboração das políticas de trânsito, tomando como referência a experiência dos países avançados e regiões vizinhas, e com base nas opiniões dos especialistas e académicos locais, recorrer às análises científicas para definir soluções que sejam mais adequadas ao ambiente único de Macau;

Na reformulação das redes viárias e no desenvolvimento das novas zonas, ponderar o princípio de separar as pessoas dos automóveis, aliás, aproveitar o espaço subterrâneo no sentido de devolver espaço aos peões, bem como embelezar o ambiente nas proximidades e reduzir a poluição dos automóveis, com vista a que os cidadãos adquiram o gosto de passear e vão desistindo de conduzir;

Quanto à articulação com o desenvolvimento dos Novos Aterros, construir redes de trânsito em forma circular ou cruzada, e construir, na parte exterior, parques subterrâneos de estacionamento com entrada livre ou taxas reduzidas, bem como passagens superiores pedonais, sistema pedonal automático ou ruas para passeio decoradas com elegância, com vista a que os cidadãos gostem de ir a pé (dez a vinte minutos) aos aterros e chegar ao seu destino em linha recta;

Em relação às deslocações entre zonas ou ilhas diferentes, criar serviços gratuitos de transporte com horários flexíveis e sistema pedonal aperfeiçoado para os cidadãos deixarem de conduzir e usarem transportes públicos, com vista a atingir o objectivo de todos usarem transportes públicos;

Implementar, prioritariamente, o horário flexível de trabalho nos serviços públicos e ponderar incentivar e encorajar as empresas e escolas a ajustarem os seus horários para colaborarem nisso;

Instalar sistemas de videovigilância nas vias principais ou nos “pontos negros” de estacionamento ilegal, aumentando a aplicação activa da lei e assegurando a ordem pública e o interesse da sociedade;

Aperfeiçoar as condições pedonais nos bairros antigos para que os cidadãos e turistas tenham vontade de andar a pé;

Traçar as linhas de passeio de forma científica, por exemplo, só uma num lado das vias; ou ponderar usar sistemas inteligentes de sinalização nas vias principais ou nas com mais trânsito, com vista a aperfeiçoar a utilização das vias por parte dos peões e automóveis;

Reforçar a aplicação da lei, prestar mais atenção à educação e efectuar uma transformação científica das vias;

Planear, nos cruzamentos cujas condições o permitam, mais passagens subterrâneas para automóveis, permitindo dar prioridade aos peões e manter a fluidez do trânsito, ao mesmo tempo que se assegura a paisagem da cidade.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Ip Sio Kai em 12.07.2018

O Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo começou em 2011. Para atingir os objectivos do “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020)”, em relação ao aperfeiçoamento do regime de credenciação profissional e ao impulsionamento contínuo da construção de uma sociedade de aprendizagem ao longo da vida, o objectivo do Governo é que o Programa, entre 2017 e 2019, de acordo com as Linhas de Acção Governativa (LAG) referidas, crie condições favoráveis à aprendizagem permanente, incentivando os residentes da RAEM a nele participarem, para aumentarem as suas qualidades e competências individuais, através de acções de aperfeiçoamento contínuo, participando em cursos de formação profissional e obtendo qualificações, articulando-se, assim, com o desenvolvimento diversificado da economia e das indústrias, e com a criação de uma sociedade de aprendizagem.

Ao longo dos 8 anos de implementação do programa, tem havido críticas na sociedade, apontando que há falta de fiscalização, os cursos não são práticos e os formadores não são profissionais. A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, enquanto entidade competente, deve proceder de imediato a uma inspecção, reforçar a fiscalização e ter mais rigor na aprovação dos cursos e na acreditação dos formadores, para permitir que os recursos do Governo sejam bem aplicados e que a aprendizagem dos residentes seja frutífera.

Por isso, com base nos cursos existentes, o Governo deve ter uma ponderação mais global, no sentido de garantir aos trabalhadores oportunidades e condições de mobilidade vertical; e reinserir os desempregados no mercado de trabalho. Assim, propomos o seguinte: o Governo deve afunilar os cursos e criar, através da colaboração entre as instituições de ensino e a DSAL, “cursos orientados para o emprego” e “cursos não orientados para o emprego”.

Os “cursos orientados para o emprego” destinam-se especificamente aos desempregados, podendo abranger vários sectores, especialmente os que se encontram com insuficiência de recursos humanos locais, ajudando os formandos a adquirir conhecimentos e técnicas necessárias no mercado de trabalho,

ajudando-os a reintegrarem-se neste mercado. Os cursos contribuem, ao mesmo tempo, para elevar as qualidades pessoais dos formandos e a formação das técnicas de procura de emprego, reforçando as técnicas de atendimento no trabalho, de modo a aumentar as oportunidades de emprego.

Os “cursos não orientados para o emprego” destinam-se aos trabalhadores em efectividade de funções, facultando formação profissional em diferentes áreas, com vista a ajudar os formandos a elevarem as suas técnicas profissionais; são também criados para pessoas fora das áreas objecto dos cursos, facultando formação de acesso a quem pretende mudar de profissão, por forma a aumentar os seus conhecimentos sobre determinado sector e permitir assim uma reconversão profissional com sucesso.

Esperamos que o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, financiado pelo Governo, possa incentivar ainda mais os residentes a aperfeiçoarem-se, com vista ao bom uso do dinheiro público, esperando também que as autoridades façam um constante estudo de optimização, reforçando, mesmo, a função do Programa, para responder às necessidades de formação de talentos para a sociedade de Macau, para que o Programa possa ter um papel maior e mais importante na formação contínua.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 12.07.2018

De acordo com a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública, “verifica-se o descontentamento da sociedade em relação ao licenciamento da restauração e das farmácias. Os principais problemas são a falta duma clara divisão das competências de diversos serviços públicos, a complexidade e a demora do procedimento de licenciamento, a falta de flexibilidade na aplicação da lei e a insuficiência da cooperação interdepartamental”. É verdade que o Governo oferece um serviço “one-stop” para os pedidos de licenciamento da restauração, mas, de acordo com o sector, as formalidades continuam complexas, e os pedidos têm de passar por diversos serviços, como a DSSOPT, o Corpo de Bombeiros e o IACM. Basta haver um problema num passo e todo o procedimento demora mais de 6 meses. Quanto ao licenciamento das farmácias, o procedimento demora entre 6 a 9 meses. Só que, quando o requerente precisa de apresentar documentos em falta, tem de esperar quase 1 ano para obter a licença. Entre a apresentação do pedido e a abertura, as PME têm de pagar a renda das lojas, o salário dos trabalhadores e o juro do empréstimo, que são custos desnecessários resultantes da demora e complexidade do licenciamento.

Os diversos serviços “one-stop”, centros ou grupos de trabalho interserviços criados pelo Governo nos últimos anos, que parecem poder facilitar a vida, não passam do mero recebimento centralizado de requerimentos, pois cada serviço actua à sua maneira e declina responsabilidades, e não se vê melhorada a situação da baixa eficiência administrativa devido à falta de coordenação. O exemplo mais típico é o Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, em relação ao qual a população continua a manifestar que o tempo de espera pelos testes bem como pelos resultados é longo, e, mesmo com os resultados obtidos, a população nem sempre consegue ver o problema das infiltrações resolvido.

Por outro lado, como as leis e os regulamentos não foram revistos oportunamente tendo em conta o desenvolvimento da sociedade, as políticas interserviços estão estagnadas e isso afecta a eficácia administrativa. A título de

exemplo: para se emitir uma planta de condições urbanísticas ou para a emissão de uma licença de obras, em especial nos bairros antigos, a DSSOPT, os bombeiros, o Instituto Cultural, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Tráfego, o IACM, a Sociedade de Abastecimento de Águas e a CEM seguem as respectivas leis e directrizes para a sua emissão e, geralmente, para se finalizar os procedimentos de autorização são necessários vários meses, mas às vezes os pareceres de cada serviço são contraditórios e, quando isso acontece, os pedidos são autorizados com mais de 1 ano de atraso. O sector afirma que, actualmente, as maiores dificuldades são os serviços públicos não cumprirem os prazos estipulados na lei, sendo esta a principal razão dos atrasos. Nalguns casos, o Governo não dá seguimento ou não responde, ou então as empresas ficam à espera até ao fim do prazo da concessão e, nestas situações, as responsabilidades não devem ser imputáveis ao concessionário, por isso é que há um conjunto de casos em tribunal e de problemas na sociedade.

Nos últimos anos, o Governo tem vindo a otimizar e a simplificar em termos formais e, através da electrónica, elevou a eficiência administrativa, mas não efectuou qualquer revisão radical sobre a harmonia entre os serviços públicos, continuando estes a adoptar a forma dogmatista, ou seja, cada um actua à sua maneira, portanto, a chamada “reforma de optimização” não vai produzir efeitos substanciais, mas, sim, prejudicar o prestígio da governação e o desenvolvimento socioeconómico. Espero que o Governo, para além da optimização em termos formais, seja inovador e tenha a coragem de efectuar a alteração da configuração dos programas e a mudança em termos sistemáticos, para concretizar a promessa assumida pelo Governo nas LAG de “melhor servir o público”.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 12.07.2018

Sugestões relativas ao reforço da segurança

Ocorrida no início deste mês, a explosão no Edifício Pak Lei, com um morto e feridos, entristeceu-nos. Está em curso a averiguação da causa do incidente, mas, seja o que for, acidente ou falha humana, o alarme já soou na sociedade.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. No âmbito da prevenção, há que empregar esforços na sensibilização da população sobre a segurança. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) mandou fazer muitos cartazes de divulgação, por exemplo, no que respeita aos “Conhecimentos sobre segurança de depósito e utilização de gás liquefeito de petróleo nos estabelecimentos de comidas e bebidas”. Mas há que reforçar, no futuro, a divulgação sobre a segurança da sua utilização em casa, nomeadamente, há que comprar fogões a gás em fornecedores com boa reputação e a sua instalação deve ser assegurada por um trabalhador especializado, acompanhada de avaliação do aparelho e de substituição regular do tubo. Espero, então, que o Governo reforce as acções de sensibilização e divulgação em todos os aspectos, prestando ainda atenção a que as mesmas sejam simples e compreensíveis.

2. Uma educação segura com uma fiscalização segura são indispensáveis. O IACM e os bombeiros efectuam continuamente inspecções aos restaurantes, cujos resultados (incluindo os de segurança alimentar e higiene ambiental) estão directamente relacionados com as respectivas licenças. Assim, no futuro, ao nível da prática, há que avaliar a cientificidade do número e das formas das inspecções; e há que efectuar ainda inspecções com uma frequência racional e acções de divulgação e sensibilização eficazes, para os cidadãos deixarem de estar dependentes da sorte e ficar na mente a consciencialização para a segurança.

3. Aprender com a experiência e ter boa preparação antes da tempestade. Após o incidente, o IACM propôs o reforço de inspecções com os bombeiros. Estes últimos propuseram a possibilidade de exigir aos restaurantes a instalação de um sistema de detecção de fuga de gás com alarme sonoro. Os cidadãos e as associações discutiram sobre o reforço da segurança do gás butano nos

restaurantes e apresentaram muitas sugestões, como a obrigatoriedade dos fornecedores de conservação periódica dos equipamentos, a realização obrigatória de acções de formação, etc. Espero que os diversos sectores da sociedade congreguem sinergias e que o Governo concretize o mais rápido possível as diversas medidas, para a manutenção da consciencialização para a segurança de toda a população e para evitar e reduzir a ocorrência de tragédias.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 12.07.2018

Os contratos de serviços das três empresas de autocarros públicos expiram no dia 31 deste mês, e a Sociedade de Transportes Colectivos de Macau e a Nova Era anunciaram que o processo de fusão podia ser concluído antes do termo dos contratos. Em Maio deste ano, apresentei uma interpelação oral sobre o futuro modelo de serviços de autocarros, mas o Governo respondeu que as negociações dos contratos estavam em curso, portanto, não era adequado revelar pormenores. Falta apenas meio mês para o termo dos contratos, mas o Governo ainda não revelou nada sobre a respectiva renovação, portanto, muitos cidadãos estão preocupados com as questões de ser possível uma articulação sem sobressaltos dos serviços de autocarros e de estes conseguirem responder às suas necessidades.

Sugiro ao Governo que avance, rapidamente, com os diversos pormenores relativos à renovação dos contratos e os divulgue à sociedade, tais como: ponto de situação da negociação com as empresas; chegada, ou não, a um consenso; modelos de operação dos futuros serviços; formas de cálculo das tarifas; maneira de elevar a eficiência dos serviços; objectivo geral dos serviços, plano de longo prazo e definição das carreiras das empresas, etc., para eliminar as preocupações dos cidadãos. Vai o Governo, tendo em conta as exigências da sociedade, tornar públicos os novos contratos, para o público os poder fiscalizar e a sociedade poder conhecer as exigências e os padrões quanto à qualidade dos serviços, bem como as condições de imputação de responsabilidades e as sanções em caso de incidentes, de maneira a assegurar os direitos e interesses ao nível das deslocações dos cidadãos.

Mais, o número de passageiros está a aumentar constantemente, por isso, o maior problema à vista é os serviços de autocarros não conseguirem dar resposta às necessidades das deslocações dos residentes nas horas de ponta. A sociedade deseja que o Governo aproveite as oportunidades provenientes do termo dos contratos dos serviços de autocarros para rever as insuficiências dos contratos anteriores, tendo em conta as modificações desta cidade, para, com base nisto, dar um passo em frente para aperfeiçoar o modelo desses serviços. Face a isto, na minha opinião, algumas das cláusulas nos contratos em vigor estão a restringir a flexibilidade do ajustamento dos autocarros. Assim, sugiro que

se recorra no futuro a um mecanismo rigoroso de fiscalização para aperfeiçoar o modelo de ajustamento da frequência dos autocarros e aumentar a flexibilidade do tratamento dos assuntos face às situações imprevistas de trânsito. Com isto, pode-se permitir às concessionárias que ajustem a frequência dos autocarros nas horas de ponta e aumentar em tempo oportuno as capacidades de assumir e redireccionar o fluxo de passageiros.

Sendo “a primazia dos transportes públicos” a política nuclear e geral do trânsito e transportes terrestres de “um núcleo, duas vertentes e três esferas”, solicito mais uma vez ao Governo que reveja e optimize a actual estratégia das carreiras dos autocarros, e ajuste a atribuição do direito de prioridade dos transportes públicos, no sentido de assegurar a prioridade dos autocarros para elevar a eficiência da exploração e a qualidade dos seus serviços, e aproveitar melhor os seus recursos limitados, a fim de resolver o problema da dificuldade de arranjar transporte que os residentes e turistas enfrentam há longo tempo.

IAOD da Deputada Chan Hong em 12.07.2018

Disponibilizar tratamento atempado às crianças

Em Junho de 2016, o Governo criou o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica, e, naquela altura, referiu que o tempo de espera para a avaliação pediátrica ia passar de 1 ano para 1 mês, e prometeu, ainda, que os resultados respectivos seriam divulgados no prazo de 8 semanas. Mas, segundo alguns pais, a divulgação dos resultados ultrapassa em muito as 8 semanas, nessas 8 semanas apenas se consegue finalizar toda a avaliação, não está incluído o tempo de espera nem para a transferência para outras especialidades nem para a divulgação dos resultados finais.

Geralmente, espera-se 1 a 2 meses pela transferência para os centros de saúde para uma consulta de pediatria, e depois mais 2 a 3 meses para se fazer o 1.º teste de avaliação. Depois de efectuados todos os testes de avaliação, os pais ainda têm de esperar 2 a 3 meses pelos resultados, e depois de tudo isto ainda têm de esperar pelo início do tratamento, portanto, para alguns pais a espera ultrapassa os 6 meses.

Para as crianças que têm atrasos no desenvolvimento, o período de ouro para o seu tratamento é entre os 0 e os 3 anos, mas como têm de esperar cerca de 6 meses até o Centro emitir os resultados de avaliação, para além do tempo para o diagnóstico, o período de ouro perde-se. Actualmente não existem medidas de apoio aos pais, nomeadamente, consultas em conjunto com vários especialistas para as crianças que foram diagnosticadas com deficiências auditivas ou atrasos na fala, por isso, só quando os pais são confrontados com o facto de que as suas crianças têm problemas é que se apercebem da gravidade, mas já tarde, o que acaba por afectar gravemente os resultados do tratamento.

As crianças que sofrem de atrasos no desenvolvimento têm de esperar por consultas, avaliações, resultados e consultas de especialidade. Com vista a aproveitar o período de ouro do tratamento e os resultados dos exames, que devem ser divulgados em tempo oportuno, sugiro à Administração que simplifique os procedimentos, desde a recepção até à divulgação dos resultados, bem como que seja dado seguimento mais rápido às crianças que sofrem de atrasos no desenvolvimento, uma vez que estas necessitam de ser monitorizadas, e lhes seja disponibilizado tratamento adequado. Espero que a Administração colabore com as instituições cívicas, aproveitando melhor os terapeutas, as instalações, e a flexibilidade e eficácia destas entidades. Só assim é que se pode disponibilizar o tratamento necessário e específico a estas crianças. Deve ainda reforçar-se a sensibilização dos residentes em relação a estas crianças, para que os problemas possam ser detectados e tratados o mais cedo possível, aumentando-se assim a respectiva eficácia.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 12.07.2018

Prestar atenção à repressão do direito e liberdade civil através da aplicação do crime de desobediência qualificada

Não cumprir a lei é omissão, e não se deve abusar do poder. Nestes últimos anos, o Governo habituou-se a usar como razão a segurança pública para alargar o poder de controlo das autoridades policiais, e os estrangeiros, que não conhecem a situação, até pensam que Macau é uma cidade muito perigosa. O essencial da questão é que esse poder público não é efectivamente sujeito à fiscalização do público, situação que suscitou várias opiniões na sociedade, e se a situação se mantiver, Macau vai transformar-se numa sociedade governada como na ficção política inglesa “1984”, em que tudo é controlado.

Ao longo destes anos, alguns cidadãos têm recorrido a acções sociais para exprimir as suas opiniões ao Governo, acções essas que sempre foram pacíficas e racionais. Entretanto, desde a tomada de posse do novo governo, registou-se um aumento das acusações por realização de reuniões e manifestações, só entre 2014 e 2017, foram acusadas pelo crime de desobediência qualificada 58 pessoas.

Em 1993, a AL fez a lei de reunião e manifestação, que visa “reconhecer e garantir que a reunião e manifestação integrem a liberdade e demais direitos básicos individuais”. Depois do Retorno à Pátria, a reunião e a manifestação passam naturalmente a integrar os direitos básicos que a Lei Básica salvaguarda. A lei prevê expressamente que o exercício do direito de manifestação não pode ser sujeito a quaisquer restrições, excepto nas situações legalmente previstas. Se, fora das condições legais, as autoridades impedirem o exercício livre do direito de manifestação, cometem o crime de abuso de poder.

Pode concluir-se que a lei de reunião e manifestação tem uma forte tendência para proteger os direitos que são exercidos nos termos legais. Aquando do exercício de quaisquer direitos, as pessoas têm a responsabilidade de minimizar o impacto para os direitos e interesses dos outros, mas o público tem de estar

atento à tendência das autoridades de segurança, isto é, usarem isto como pretexto para restringir arbitrariamente os direitos, como por exemplo, definir à toa o conceito de reunião e manifestação para depois acusar alguém do crime de desobediência qualificada. Se a acção social dos cidadãos para apresentar opiniões passar de “uma liberdade e um direito que devem ser protegidos” para “um incidente que ameaça a segurança e que deve sujeitar-se a controlo e supervisão”, haverá lugar a mais conflitos e confrontos desnecessários.

Olhando para os países avançados, o ponto de partida das leis de reunião e manifestação é a salvaguarda dos direitos humanos. Em alguns países, o “regime de aprovação” passou a “aviso prévio”, que é o adoptado em Macau, ou até a “aviso facultativo”. A reunião e manifestação podem não estar sujeitas a aviso prévio quando são espontâneas, urgentes, ou os manifestantes são em número inferior a determinada quantia. Noutros países, os actos ilegais, ocorridos durante a expulsão de manifestantes pela autoridade policial, deixaram de ser criminalizados e passaram a infracções administrativas.

Sugiro que se avance com melhorias ao nível da protecção do direito de reunião e de manifestação, por exemplo, ajustar o prazo de aviso e notificação, por parte do Governo, e do recurso, com vista a aumentar a viabilidade da apreciação judicial; alterar o aviso prévio, passando os “dias úteis” para “dias de calendário”; alterar, de acordo com a sentença do TUI, o número de promotores de 3 para 1, para garantir que qualquer indivíduo possa gozar, em qualquer dia e de forma igual e acessível, dos seus direitos fundamentais, etc. O direito de reunião e manifestação já existe há um quarto de século, portanto, a sua revisão e alteração será, com certeza, possível, e deverá ser encaminhada para a tolerância e salvaguarda da liberdade e dos direitos.

IAOD do Deputado Au Kam San em 12.07.2018

Propriedades do domínio público devolutas Os dirigentes não querem saber e não há responsável

Em Agosto de 2016, o Comissariado de Auditoria divulgou o “Relatório de Auditoria de Resultados – Planeamento e Construção de Edifícios para Instalação de Serviços Públicos”, segundo o qual, de 2004 a 2015, 68 serviços públicos arrendaram instalações e lugares de estacionamento; tendo-se verificado que, entre 2004 e 2014, as despesas de arrendamento atingiram quase 4 mil milhões de patacas, e as de remodelação totalizaram cerca de 1030 milhões de patacas.

O Relatório aponta a razão principal do arrendamento de instalações a privados ou de edifícios de outras finalidades para serviços públicos: a DSSOPT não praticou os actos necessários para o planeamento global e a construção de edifícios para a instalação de serviços públicos, nem o planeamento da Zona dos Novos Aterros Urbanos para os órgãos políticos e judiciais. Na realidade, para além de a DSSOPT não ter feito o necessário para a construção de edifícios para serviços públicos, constata-se que várias propriedades do próprio Governo se encontram a longo prazo desocupadas, ou seja, sem ser devidamente aproveitadas. Assim, regista-se um desperdício grave, isto é, há serviços públicos que não têm edifícios para a sua utilização e há edifícios desaproveitados pelos serviços públicos.

Em Janeiro passado, o deputado Ng Kuok Cheong interpelou mais uma vez o Governo sobre a situação do antigo edifício do Gabinete de Comunicação Social, da antiga sede do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos e do Centro de Comidas do Complexo Iao Hon, que estão devolutos. A Administração despachou uma resposta, dizendo que havia um plano de utilização para o antigo edifício do Gabinete de Comunicação Social, devoluto há muitos anos, e só no ano passado é que divulgou que seria afecto à PSP. Estes recursos estão a ser desperdiçados há longa data e só se faz alguma coisa quando a Administração é criticada em público, e nenhum dirigente foi chamado a responsabilizar-se sobre este desperdício. A antiga sede do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos continua sem nenhum plano de utilização e isso reflecte o desleixo da Administração em relação aos bens,

deixando-os devolutos.

Em Novembro de 2016 interpelei por escrito o Governo sobre a situação das propriedades do Governo desocupadas ou não aproveitadas, e esta situação não é um caso isolado, pois há também o exemplo da antiga sede da Direcção dos Serviços de Turismo (DST), na Praça do Leal Senado. Depois da mudança da DST, no rés-do-chão há apenas uma repartição destinada a informações turísticas e à distribuição de folhetos. De facto, bastaria apenas um balcão para assegurar tais funções, que são a única finalidade de toda aquela obra de arquitectura, o que é um grande desperdício. Se calcularmos os prejuízos das rendas acumuladas nestes últimos anos, receia-se que o seu montante não seja inferior a algumas dezenas de milhões de patacas.

O parque de estacionamento e outros espaços cobertos localizados na cave 1 do silo da Praça de Ferreira do Amaral estão votados ao abandono há já algum tempo. Antes da sua reconstrução funcionavam lá vários estabelecimentos de comes e bebes e lojas, uma concepção que, em princípio, era para manter, mas o responsável decidiu, face à falta de lugares de estacionamento, aproveitá-los para servirem de parque para motociclos. Mas descobriu-se num estudo de viabilidade que, com as limitações impostas pela viragem dos acessos e pelas estruturas internas, não estavam ainda reunidas condições (para a sua modificação), razão pela qual se manteve tudo como antes, à espera de um milagre que modifique isto. É assim que o património de domínio público está votado ao abandono por mais de dez anos, continuando nesse estado. Esse grau de ridículo e essa pouca vergonha são de pasmar. São significativos os espaços da cave 1 do silo da Praça de Ferreira do Amaral e são grandes as facilidades de transporte, pois aí funcionam as transferências dos autocarros. Portanto, se os aproveitarem como instalações dos serviços públicos para o atendimento do público, creio que seria uma ideia muito aplaudida pela sociedade, pois ia reduzir os espaços de arrendamento ao sector privado e ainda facilitar a vida aos residentes. Será que o Governo vai continuar a desperdiçar esses recursos, só porque os serviços de tráfego entendem que “se deve manter o seu actual estado, por não estarem ainda reunidas as condições (para a sua modificação)”?

Mais, no Edifício da Alameda da Tranquilidade também há no rés-do-chão mais de 10 lojas desocupadas, desde a utilização dessa habitação económica há

sete anos. Embora não sejam comparáveis as rendas praticadas nesse edifício com as das lojas do Leal Senado, com tantas lojas desocupadas ao longo de tantos anos, a perda económica deve rondar milhões de patacas. A autoridade competente, na resposta que me dirigiu, em Março de 2017, referiu que, para reduzir o número dos imóveis arrendados no mercado privado e otimizar os recursos, tais fracções autónomas tinham sido atribuídas prioritariamente aos serviços públicos, não estando, assim, desocupadas. É de facto uma resposta engraçada. Afinal, a desocupação de tais lojas ao longo de sete anos teve por base “reduzir o arrendamento de fracções autónomas privadas” e “otimizar os recursos”, e não a falta de seguimento por parte da autoridade competente. Isto é ridículo.

Imóveis do domínio público são bens públicos e, mais ainda, recursos habitacionais preciosos da RAEM. Se os serviços públicos têm fracções autónomas atribuídas sem as utilizar por longo tempo ou sem planos para elas, a autoridade competente deve reavê-las para um novo planeamento, a fim de concretizar o objectivo de “otimizar os recursos”, não podendo admitir que o fenómeno se mantenha, o que é um desperdício dos recursos públicos. Se isto não for feito, deve proceder-se à efectivação de responsabilidades.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 12.07.2018

O Governo Central autorizou a realização na RAEM de novos aterros, com 398 hectares, para responder às necessidades habitacionais dos seus residentes. Tais aterros, adiados há vários anos, têm vindo a acelerar-se. Na minha opinião, o Governo deve fazer os trabalhos preparatórios ao nível legislativo, para concretizar aí o conceito “terras de Macau destinadas às suas gentes”. No passado, o Governo entendeu mal que tal conceito implicava a desvantagem do desvio de terrenos que podiam ser destinados a habitação pública. Suspeita-se que isto seja um pretexto. De facto, se a construção de 28 mil fracções de habitação pública na zona A dos novos aterros for cumprida, escrupulosamente, certamente que a aplicação do referido conceito não irá dar origem a esse desvio. Em Setembro de 2017, o Instituto de Habitação respondeu, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, a uma interpelação minha, afirmando que cabia à Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) determinar a opção política sobre a proposta de “terras de Macau destinadas às suas gentes” nos novos aterros. Perante o requerimento de Deputados, relativo a um encontro para conhecer o andamento do regime restritivo de venda de fracções autónomas baseado no conceito “terras de Macau para as gentes de Macau”, a DSAJ respondeu por escrito para afirmar que a respectiva política estava por definir e não era possível disponibilizar mais informações.

Ainda não foi concedido nenhum terreno dos novos aterros urbanos, assim, não há implicações com o direito adquirido de propriedade privada de terrenos e de habitação, e é esta a altura para se criar limitações legais, e resolver as necessidades habitacionais da população com medidas para a distinção entre a finalidade habitacional e a especulativa nas habitações dos novos aterros. O Governo assegurou que na zona A dos novos aterros urbanos estão reservados terrenos para a construção de 28 mil fracções de habitação pública e que a política de “novos aterros urbanos para as gentes de Macau” não vai roubar terrenos à habitação pública, portanto, agora não se deve, devido a mal-entendidos, atrasar a sua concretização! Mas, em relação a esta, os serviços empurram as responsabilidades de um para o outro, portanto, o Chefe do Executivo deve designar um serviço para avançar com a mesma, preparar-se para a construção do sistema jurídico e lançar a respectiva consulta pública, com vista à definição de políticas.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 12.07.2018

O Governo deve assegurar os direitos e interesses dos trabalhadores a tempo parcial

Segundo o Relatório de síntese da consulta sobre o “Estabelecimento do regime de trabalho a tempo parcial”, divulgado pelo Governo em Maio, as opiniões contra representam a percentagem mais elevada, o que reflecte as preocupações do público em relação a este regime.

No documento da consulta afirma-se: “na sequência do desenvolvimento socioeconómico da RAEM, sentiu-se a necessidade do mercado de trabalho ter trabalhadores a tempo parcial, sendo que, o estabelecimento de um regime de trabalho específico para esse tipo de trabalhadores irá permitir a integração laboral de indivíduos que não têm condições para trabalhar a tempo inteiro, (...) também permitirá que as empresas tenham mais flexibilidade na distribuição dos seus recursos humanos”. O que atrai mais atenção é o seguinte: segundo a proposta, o regime de período experimental não se aplica à relação de trabalho a tempo parcial, e o trabalhador não goza de férias e só tem direito a licença por doença e licença de maternidade não remuneradas. Mais, o despedimento não necessita de comunicação antecipada nem há lugar a indemnização, e quanto ao trabalho extraordinário, as partes laboral e patronal podem negociar as compensações. Como é óbvio, estas propostas não são nada favoráveis aos trabalhadores.

Há que salientar que a Lei das relações de trabalho é aplicável a todos, incluindo os trabalhadores a tempo parcial, mas, olhando para as propostas do Governo, estes não têm nenhuma protecção e, quanto aos empregadores, não precisam de cumprir as responsabilidades que deviam assumir, um grande recuo em relação aos direitos e interesses dos trabalhadores, o que é inadmissível!

No relatório final da consulta, os serviços competentes afirmam que, durante a produção legislativa, vão ser cumpridas as disposições da Lei de bases da política de emprego e dos direitos laborais, e que vão elaborar um regime de direitos e

interesses laborais diferente do que é aplicável aos trabalhadores a tempo inteiro, a fim de assegurar os direitos e interesses laborais daqueles que trabalham a tempo parcial, mas não prometeram que iam cumprir os critérios mínimos da Lei das relações de trabalho. Espero que a sociedade defenda, em conjunto, os direitos e interesses dos trabalhadores, e solicito ao Governo que reforce as garantias dos trabalhadores. Não se deve agir em sentido contrário, retirando direitos e interesses fundamentais aos trabalhadores, nem implementar, à força, o regime de trabalho a tempo parcial para reduzir as garantias dos trabalhadores.

Por outro lado, são insuficientes os conhecimentos dos empregadores e trabalhadores sobre os direitos e deveres dos trabalhadores a tempo parcial, e são frequentes as situações em que os empregadores exploram os trabalhadores a tempo parcial, e estes últimos nem sempre conhecem bem os seus legítimos direitos e interesses. Assim, propõe-se ao Governo que reforce as diferentes acções de sensibilização, reduzindo os conflitos entre as partes e aumentando a flexibilidade do mercado laboral, a fim de assegurar os direitos e interesses dos trabalhadores a tempo parcial.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 12.07.2018

Face à manutenção em alta dos preços dos imóveis, lançou o Governo em Fevereiro do corrente ano o imposto do selo sobre a aquisição de mais do que um bem imóvel destinado a habitação, mas, por outro lado, alargou a percentagem da hipoteca da primeira casa a adquirir por jovens. Com essas medidas, dificilmente se consegue controlar o mercado imobiliário. Segundo a DSEC, no primeiro trimestre do corrente ano o preço de uma fracção habitacional custava em média cerca de 112 304 patacas por metro quadrado, um novo recorde histórico. Além disso, de Março a Maio o índice dos preços das habitações subiu 5,4 por cento, relativamente ao período de Fevereiro a Abril; o índice dos preços das habitações, em geral, à venda com chave na mão e à venda, mas em construção, subiram 8,7, 10,0 e 10,8 por cento, respectivamente, em relação ao ano passado. Apontam os dados reais que as medidas do Governo apenas dão para conter, algum tempo, o volume das transacções, e o preço dos imóveis volta a subir, uma vez digeridas pelo mercado.

Vejamos as regiões vizinhas: o Governo do Interior da China determinou reordenar o mercado imobiliário, assim, lançou várias medidas de controlo e os preços das habitações nas cidades de primeira linha como Pequim, Xangai, Cantão e Shenzhen, entre outras, foram controlados no ano passado, reprimindo eficazmente a especulação; segundo a estatística, os preços das habitações novas em Shenzhen desceram por 21 meses consecutivos. O Governo de Hong Kong divulgou, há dias, várias medidas ligadas às novas habitações, incluindo a cobrança de um imposto para as fracções de primeira aquisição desocupadas, o ajustamento da proporção entre as habitações públicas e privadas, a revisão dos preços das habitações subsidiadas, o reforço da oferta de terrenos, etc., esperando resolver as dificuldades da camada de base e o problema de existirem “longas filas” na candidatura para a habitação pública.

Efectuando uma comparação, o controlo dos preços da habitação em Macau não está a ter efeito. O Governo referiu que ia continuar a observar a situação do mercado imobiliário e, se necessário, implementar mais medidas. De facto, o preço elevado das habitações em Macau deve-se muito à falta de habitações económicas e à impossibilidade de a classe sanduíche adquirir uma habitação no

mercado privado. Assim, sugiro à Administração que implemente atempadamente políticas de controlo do preço das habitações, diminuindo o número de casas devolutas e a especulação, o que vai contribuir para o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, e, mais, aumente o número de habitações económicas oferecidas e implemente um novo tipo de habitação em Macau, com vista a resolver as necessidades habitacionais da classe sanduíche.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 12.07.2018

Definir mecanismos de consulta pública e divulgação para os contratos de concessão exclusiva.

Em Abril, o Governo divulgou, sem consulta pública, nem informações adicionais, a "Prorrogação e alteração do Contrato de Concessão do Exclusivo da Exploração de Corridas de Cavalos". De acordo com o novo contrato, o prazo da concessão foi prorrogado por 24 anos e 6 meses, e a companhia deve aumentar gradualmente o capital social para 1500 milhões de patacas, mas para isso, o contrato não prevê planos de investimento nem uma calendarização. Recentemente, numa reunião da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, os representantes do Governo não conseguiram apresentar nenhum plano pormenorizado, e após a reunião, também não esclareceram a sociedade sobre isso. Pergunta-se, então, quais são as justificações para a autorização duma prorrogação de quase meio século? E como é que se garante que a companhia cumpre a promessa quanto ao investimento? Estas perguntas continuam por responder. Além disso, a companhia ainda deve ao Governo 150 milhões, e tem de os pagar em 3 anos. Assim, muitas pessoas questionam porque é que a companhia tem um tratamento diferente, consegue ter o contrato renovado mesmo tendo uma dívida de centenas de milhões, enquanto que para o cidadão comum que não paga as taxas ou multas as consequências são graves, podendo mesmo ser impedido de comprar o selo do carro. O processo de autorização tem sido criticado pela sociedade, pois há falta de transparência em todo o processo, e algumas cláusulas são demasiado favoráveis à concessionária, em detrimento do interesse público.

O contrato dos serviços de autocarros termina este mês, e a população está bastante atenta para ver se as autoridades vão ou não aproveitar a oportunidade para aperfeiçoar o contrato e, assim, resolver as dificuldades em apanhar autocarro. É pena que, até ao momento, ainda não tenham divulgado quaisquer informações sobre a negociação do contrato.

Os contratos de concessão exclusiva são de relevante importância para os interesses da sociedade, e os seus prazos são normalmente mais longos, portanto, se as cláusulas contratuais forem desfavoráveis ao interesse público, mesmo que se queira alterá-las, é necessário esperar pela renovação do contrato, e até lá nada se pode fazer, o melhor exemplo disso é o contrato dos serviços de telecomunicações. A fim de evitar que a situação se repita, as autoridades devem alterar os actuais métodos de “actuar primeiro e dar conhecimento depois”, definindo expressamente mecanismos de divulgação e de consulta para os contratos de concessão exclusiva, para a sociedade estar informada de todo o processo negocial com as operadoras. E especialmente quanto aos contratos de concessão exclusiva para a exploração do jogo, que vão terminar em 2020 e 2022, há que ouvir atempadamente as opiniões da sociedade.

O Secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong, voltou a dizer que a revelação do contrato e das respectivas cláusulas pode eventualmente levar ao surgimento de concorrência feroz, com impacto para o desenvolvimento saudável do sector do jogo. Este sector tem grande influência na economia e na vida da população, não está só relacionado com as receitas do cofre, tem influência no emprego de centenas de milhares de residentes. A regulação e o controlo do sector têm a ver com a segurança pública, e responsabilidade social das concessionárias do jogo, entre outros problemas. Faltam menos de 2 anos para terminarem algumas das licenças de jogo, e os serviços competentes ainda não divulgaram quaisquer informações, o que originou conjecturas das diferentes partes e também preocupações do público sobre a verdadeira inclusão nas cláusulas do contrato de exigências para as concessionárias concretizarem, de facto, mais investimentos em prol do desenvolvimento de Macau, assegurarem as garantias laborais dos trabalhadores das concessionárias, a assunção de responsabilidades sociais, e a inclusão de indicadores sobre elementos não jogo, entre outros.

Segundo as afirmações do Chefe do Executivo no final do ano passado, quando terminarem os contratos de concessão vai haver um novo concurso, e os serviços competentes já estão a avançar com os trabalhos preparatórios. Porém, como na altura ainda não tinha uma solução em concreto, não podia divulgar nada, disse que só quando tivesse soluções é que ia auscultar amplamente as opiniões, esperando poder clarificar as coisas em meados deste ano. Já se

passou meio ano, portanto, apelo aos serviços competentes para ouvirem as opiniões da sociedade sobre os requisitos do concurso público para as licenças do jogo, com vista a salvaguardar que as novas licenças correspondam às expectativas e, plenamente, ao interesse público, salvaguardando-se que os residentes partilhem verdadeiramente dos frutos do desenvolvimento do sector do jogo.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 12.07.2018

Aperfeiçoar a responsabilização e agir proactivamente

Em 23 de Maio, o Comissariado de Auditoria divulgou a Auditoria de resultados sobre a gestão do acervo bibliográfico da rede de bibliotecas públicas, na qual revela que cerca de 100 mil “livros novos” registados se encontram por arrumar há 17 anos, criticando portanto as insuficiências do Instituto Cultural nos trabalhos básicos de gestão, como a inadequada arrumação de livros nos depósitos, a manutenção imprópria do acervo, a falta de uma regular inventariação das colecções, etc. Se o CA não tivesse feito essa investigação, os dirigentes iam continuar a ignorar a situação, isto é, o amontoado de problemas, até o considerariam razoável e não o resolviam. Segundo o Comissariado, todos estes problemas são resultado da passividade das chefias na tomada de decisões e das insuficiências no controlo interno.

Em 2 de Julho, o CCAC divulgou o “Relatório de Investigação sobre a apreciação, pelo IPIM, dos pedidos de ‘imigração por investimentos relevantes’ e de ‘imigração por fixação de residência dos técnicos especializados’”, no qual indica que, quanto à aprovação dos referidos pedidos, faltam procedimentos rigorosos e um mecanismo de fiscalização completo, o que permitiu aos requerentes, através de falsas contratações, a obtenção de autorização de residência temporária, afastando-se gravemente da intenção legislativa original, que é promover a economia e o desenvolvimento social. Segundo o relatório, registaram-se alguns casos anormais, que levaram a sociedade a suspeitar de não cumprimento de funções, negligência ou violação da lei por parte do pessoal do IPIM.

A inércia dos dirigentes é uma doença crónica que os serviços públicos têm de resolver, pois, afecta tanto a eficiência na concretização de acções governativas como a capacidade do Governo na execução das políticas, o que pode resultar em desperdício dos recursos públicos, no descontentamento e na indignação dos cidadãos, ou pode até condicionar e obstruir o desenvolvimento socioeconómico, portanto, a sociedade tem reclamado pelo aperfeiçoamento do regime de responsabilização dos governantes. O Governo salientou várias vezes

que já havia um conjunto de normas de conduta para os dirigentes de diferentes níveis, assim como regimes legais sobre a sua fiscalização e responsabilização, contudo, são constantes as revelações de inércia dos serviços públicos, o que bem demonstra a insuficiência dos mecanismos de fiscalização e de responsabilização, ou seja, não conseguem produzir efeitos.

A integridade e o empenho dos governantes são essenciais para a implementação das acções governativas, são como duas faces de uma moeda, faltando uma delas pode haver corrupção. A meu ver, Macau precisa de governantes íntegros que se empenhem na governação, mas também de governantes empenhados que governem de forma íntegra, pois, um governante íntegro sem empenho só ocupa o cargo e não contribui para nada, e vice-versa, só abusa do poder e age a seu bel-prazer.

Segundo o Relatório de actividades do CCAC de 2017, alguns dirigentes dos serviços públicos necessitam de reforçar a consciência sobre o conceito de “administrar de acordo com a lei”, e de elevar a capacidade de “tomar decisões científicas”, sugere-se ao Governo a revisão da legislação sobre as sanções disciplinares para os trabalhadores da Função Pública, e o aperfeiçoamento do regime de responsabilização do pessoal de direcção e de chefia, com vista à implementação efectiva do conceito de que “o poder acarreta deveres”. No Relatório das LAG para 2018, o Governo aponta que o sistema jurídico é o ponto menos satisfatório na acção governativa, problema que deve ser resolvido através da implementação rigorosa do regime de responsabilização, o qual, segundo afirma, vai ser alvo de revisão e aperfeiçoamento. Espero que o Governo cumpra o compromisso governativo de revisão integral e pormenorização do regime de responsabilização, de definição de uma calendarização e de divulgação atempada do resultado da respectiva revisão, para assim se criar um sistema administrativo íntegro e altamente eficiente.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 12.07.2018

O Governo deve reforçar a melhoria do ambiente de negócios e apoiar o desenvolvimento diversificado da indústria

Nos recentes anos, o Governo tem sublinhado a diversificação económica, mas, para desenvolver a economia e enriquecer as indústrias é preciso investimento, local e do exterior. Segundo algumas opiniões, os custos de exploração em Macau são elevados, e o ambiente de negócios é imperfeito, o que impede o investimento.

Por exemplo, só as rendas e as tarifas da água e da electricidade são suficientes para provocar “dores de cabeça” às PME, mas a isto ainda se juntam os custos elevados dos recursos humanos, portanto, a pressão para o negócio já é muito pesada. Mas, há ainda outros factores que podem afectar o negócio, por exemplo, o ambiente, as instalações e o fluxo de pessoas. Os custos de exploração são altos e as perspectivas de desenvolvimento são incertas, e perante isto, é fácil os investidores recuarem em vez de investirem.

O Governo está a par dos problemas do ambiente de negócios, e afirmou que ia continuar a introduzir melhorias e a elevar a capacidade de operação das empresas, por exemplo, prestar apoio no âmbito dos recursos humanos. No entanto, até agora ainda não se viu nenhuma medida de apoio e o ambiente de negócios continua por melhorar.

Porque é que é tão difícil otimizar o ambiente para o desenvolvimento comercial? Essencialmente devido às muitas limitações verificadas no processo de optimização, por exemplo, a falta de terrenos provoca a subida incessante das rendas das lojas; a falta de recursos humanos locais resulta em elevadas despesas com o pessoal; a imperfeição dos diplomas legais e a complexidade dos processos comerciais e administrativos, etc.. O Governo não tem coragem nem capacidade para resolver estas limitações, e sendo assim, é difícil captar novos investimentos, e como muitas empresas existentes têm dificuldades em fazer negócio, é difícil concretizar a diversificação industrial.

Segundo o Primeiro-ministro chinês Le Keqiang, “o ambiente para o desenvolvimento comercial traduz-se em produtividade”. Para assegurar uma verdadeira optimização do ambiente para o desenvolvimento comercial, o Governo deve ter determinação e capacidade para efectuar reformas, é certo que vai encontrar limitações, e para as solucionar vai ter de ter inteligência e coragem. Há também que ter coragem para tratar os conflitos, manter o equilíbrio e conseguir progredir.

Se o ambiente para o desenvolvimento comercial não for optimizado, será difícil atrair investimentos e impossível conseguir a diversificação industrial. Pelo exposto, o Governo, para além de financiar as empresas, deve proceder à plena optimização do ambiente para o desenvolvimento comercial. Apresento, então, as seguintes sugestões:

1. O Governo pode ponderar o aproveitamento da Ilha Artificial Zhuhai-Macau, do posto fronteiriço das Portas do Cerco, do novo acesso entre Guangdong-Macau, dos espaços subterrâneos das estações do metro ligeiro, e dos bairros comunitários dos complexos de habitação pública, para criar um suporte de desenvolvimento das empresas, pode ainda ponderar construir aterros para o desenvolvimento de uma zona de inovação e de uma zona financeira com características próprias, a fim de apoiar o desenvolvimento diversificado da indústria;

2. Há que implementar políticas de apoio aos recursos humanos para as empresas, e que adoptar medidas para elevar a qualidade de emprego dos residentes, a fim de optimizar a estrutura de emprego;

3. Tomar como referência as experiências do Interior da China, aperfeiçoando as leis complementares, simplificando os procedimentos administrativos em matéria comercial, por exemplo o registo das empresas e o pedido de licenças, e melhorando o ambiente de investimento, a fim de atrair mais empresas, quer do Interior da China quer estrangeiras, a investirem em Macau.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 12.07.2018

Revisão do regime jurídico desactualizado e prestação de apoio ao desenvolvimento dos profissionais de medicina tradicional chinesa

Nestes últimos anos, o Estado reforçou o seu apoio ao desenvolvimento da medicina tradicional chinesa em Macau, matéria que foi já integrada no 12.º Plano quinquenal nacional, acompanhada da criação do principal Laboratório Nacional de Medicina Tradicional Chinesa em Macau. O Governo da RAEM entendeu o desenvolvimento da medicina tradicional chinesa como uma das 4 esferas das vantagens para impulsionar a diversificação adequada da economia, portanto, criou o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong e Macau, e adoptou uma série de políticas favoráveis ao desenvolvimento do sector da medicina tradicional chinesa.

Segundo o sector, a política de apoio do Estado favorece o desenvolvimento do sector da medicina tradicional chinesa em Macau, mas isto exige talentos. Como o Governo da RAEM não adoptou mais políticas e medidas de apoio, ao que se juntam as restrições reais de desenvolvimento do sector, para além de outras condições objectivas, a margem de desenvolvimento dos seus profissionais é limitada. Os dois hospitais privados contratam poucos médicos locais de medicina tradicional chinesa; as clínicas privadas enfrentam diversas dificuldades, tais como, despesas elevadas com as rendas, pessoal e matérias-primas, portanto, não há optimismo quanto à sobrevivência do sector da medicina tradicional chinesa. Face à dificuldade de encontrar emprego correspondente à especialidade adquirida, muitos graduados de medicina tradicional chinesa vêm-se obrigados a trabalhar noutros sectores, o que é um desperdício.

Para além dos factores económicos, as leis desta área, como estão desactualizadas, estão a afectar o desenvolvimento da medicina tradicional chinesa. O licenciamento dos consultórios é demorado, acarretando encargos pesados aos requerentes. Mais, devido à falta de uniformização dos critérios de fiscalização, os profissionais não sabem quais devem seguir. Recentemente, um

profissional com uns 30 anos de experiência denunciou que tinha sido finalmente aprovado o pedido para fazer publicidade ao consultório, apresentado em 2015. O mais estranho é que em 2016, quando renovou o pedido para o mesmo anúncio, com o mesmo conteúdo, e as leis vigentes eram as mesmas, o pedido não foi aprovado. Isto é uma verdadeira falta de coerência e é absurdo. Assim, os profissionais ficam perplexos e criticam a incoerência do Governo nas respectivas autorizações.

A medicina tradicional chinesa é considerada como uma manifestação da sabedoria do povo chinês, como parte importante da medicina a nível global, e a sua prática é bem acolhida pela população. O desenvolvimento do sector da medicina chinesa requer o suporte do campo tecnológico e de talentos. A regulamentação e promoção da medicina chinesa e a dinamização do ambiente de desenvolvimento dessa actividade exigem uma rápida revisão e aperfeiçoamento das políticas e da gestão nesse sector. Pode tomar-se como referência os exemplos da China Continental e de Hong Kong, com a criação directa, em Macau, de um organismo especializado para regular o sector da medicina tradicional chinesa, e para o apoiar na sua normalização e no seu desenvolvimento. Quanto à formação de talentos, além da educação superior, pode criar-se também uma entidade educativa especializada em medicina tradicional chinesa, para que a formação dos diversos tipos de talentos, de nível médio e superior, possa ser mais bem planeada e os objectivos mais bem definidos, tendo em vista a elevação do estatuto dos profissionais desse sector, e ainda para que esses talentos possam contribuir ainda mais para a população no contexto geral da medicina em Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 12.07.2018

Nos últimos anos, as obras viárias têm florescido em todo o lado, o que traz imensa pressão para o trânsito de Macau. Não faltam as obras de escavação repetidas e o caos, alvo das críticas dos cidadãos, havendo quem goze: “como em Macau há escavações em todo o lado 365 dias por ano, se calhar o chão está cheio de tesouros”. Para além das deslocações dos residentes, também afectam as viagens dos turistas. Mais, as obras de reparação, com um prazo de 2 meses, na Avenida de Almeida Ribeiro trazem algum impacto para o trânsito nas proximidades, daí a preocupação de vários cidadãos com o eventual “período negro sem fim para o trânsito”. No seio da sociedade, há quem duvide das funções de coordenação e controlo que o Grupo de coordenação de obras viárias devia assumir. Resolver o caos das escavações é importante para melhorar o trânsito, assim, o Governo tem de tratar do assunto com todo o rigor.

Segundo o relatório intitulado “Coordenação e Gestão de Obras Viárias”, divulgado no ano passado pelo Comissariado de Auditoria, existem diversos problemas com as escavações em Macau, e o referido grupo não assumiu efectivamente o papel de coordenação. Há também lacunas no mecanismo de fiscalização das obras viárias, aliás, são muito leves as sanções para atrasos nas obras, por isso é difícil surtirem efeitos dissuasores. Segundo ainda o mesmo relatório, o citado grupo não é órgão competente, pois, conforme as suas funções, é apenas uma plataforma de comunicação, assim, dificilmente se consegue produzir resultados substanciais. Depois da divulgação do relatório, as autoridades afirmaram que iam melhorar a situação, mas já passou mais de um ano e parece que não houve nenhuma melhoria, pois continua o caos nas escavações.

As autoridades devem rever e aperfeiçoar o actual mecanismo de coordenação, definindo com as concessionárias dos serviços públicos um plano conjunto de execução de obras, tendo em conta a opinião pública e as recomendações do relatório do Comissariado de Auditoria, bem como discutir e encontrar formas eficazes para evitar o fenómeno de constantes escavações numa mesma zona, através da abertura de valas com dimensões suficientes para a realização de obras por parte das concessionárias e de repavimentação de uma só vez. Sendo o IACM a principal entidade responsável pela coordenação das

obras viárias, devem ser-lhe atribuídos mais poderes para orientar os serviços públicos na execução, segundo o plano, das medidas e obras definidas. Mais, há que intensificar a fiscalização do andamento das obras, divulgar as respectivas informações, aplicar as sanções para cada caso, garantir a conclusão das obras dentro do prazo e minimizar os efeitos a causar aos residentes.

Para evitar as escavações constantes nas estradas e resolver a confusão das tubagens, não poucos países e territórios, incluindo a China, têm vindo a adoptar o sistema de valas técnicas, aliás, uma aspiração de longa data da população, devendo as autoridades, através do planeamento urbanístico, aplicar também esse mesmo sistema na renovação urbana e nos novos aterros urbanos, o que não só facilita a gestão, mas ainda a reparação e a conservação das tubagens.

2018-07-12 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

José Pereira Coutinho INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA “Deve ou não o Governo proceder à venda em haste pública os terrenos disponíveis”

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

“Deve ou não o Governo proceder à venda em haste pública os terrenos disponíveis”

Há dezenas de anos que persiste um desnivelamento entre a oferta e procura da habitação muito derivado da especulação imobiliária quer da parte dos residentes e não residentes.

A diminuta oferta de habitação construída tem também a ver com a contínua burocracia na aprovação dos projectos de construção resultando num nítido aumento de procura de casas para habitação.

De facto o problema da habitação continua a ser o principal problema que mais afecta e preocupa as novas gerações porque por mais que tentem economizar cada vez se torna mais difícil juntar os valores necessários para o “down payment” ou seja o “sinal” para seguidamente processar junto das instituições bancárias a amortização do imóvel.

Um das poucas soluções para aumentar a oferta da habitação seria disponibilizar via haste pública os terrenos disponíveis para construção de habitação e ter a coragem de eliminar as várias etapas dos procedimentos administrativos do actual processo burocrático e penoso na aprovação da construção assim como a alocação de terrenos para construção de habitação para os trabalhadores da função pública este último um processo mais simples que seria resolvido se os decisores políticos tivessem vontade de resolver o problema.

A venda em haste pública dos terrenos disponíveis a preços módicos e com algumas condicionantes e variáveis para evitar a especulação dos terrenos seria uma solução posta à disposição dos compradores para além de aumentar a oferta da habitação no mercado imobiliário.

De referir que deste o estabelecimento da RAEM que o Governo quase que completamente se esqueceu de construir habitação para os trabalhadores da função pública não obstante divulgar sempre e publicamente que os funcionários públicos são os seus principais recursos.

O actual Chefe do Executivo deixaria boas memórias dos seus dois mandatos se os seus colaboradores mais próximos (funcionários públicos) tivessem a esperança de ver concretizado a construção de blocos habitacionais e o subsequente arrendamento de moradias como sempre existiu antes do estabelecimento da RAEM.

O Chefe do Executivo também deixaria boas memórias da sua década governativa se por via de haste pública dos terrenos disponíveis pudesse aumentar a oferta da habitação que tem sido um dos mais problemas desde o estabelecimento da RAEM e que até hoje não está a ser devidamente encarado e resolvido.

Muito Obrigado

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de

Macau aos 12 de Julho de 2018.

José Pereira Coutinho

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 12.07.2018

As medidas provisórias de trânsito nas zonas circundantes do Tap Seac e das Ruínas de S. Paulo devem ser transformadas em definitivas

Recentemente, foram estipuladas algumas restrições ao trânsito nas zonas circundantes do Tap Seac e das Ruínas de S. Paulo, devido às obras nas canalizações da Av. de Almeida Ribeiro. Essas restrições englobam a proibição de circulação de autocarros de turismo desde a Estrada do Cemitério até à Rua de D. Belchior Carneiro, entre as 16:30 e as 9:30 do dia seguinte.

Esta medida teve início há pouco mais de 1 semana e já houve óptimos resultados. Antes de ser implementada, os autocarros de turismo que circulavam desde a Estrada do Cemitério até à Rua de D. Belchior Carneiro, nas horas de ponta, causavam longas filas, em especial, por volta das 8:00, afectando imenso os residentes daquela zona por causa do ruído dos autocarros, por se encontrarem ainda a descansar. Os residentes que conduzem ou aqueles que utilizam os transportes públicos também encontravam grandes congestionamentos devido às filas de autocarros. As actuais medidas estipulam também que na Rua de D. Belchior Carneiro apenas se pode largar passageiros sem poder tomá-los, por isso, os turistas têm de efectuar a pé todo o percurso até ao Tap Seac, mas isso afecta a circulação das viaturas quando os turistas atravessam as passadeiras. Mais, os turistas não fazem o percurso através da Calçada da Igreja de S. Lázaro e da Rua do Volong para chegarem ao Tap Seac, pois percorrem a Estrada do Cemitério onde os passeios são bastante estreitos e com muitas árvores, e muitos residentes que passam por esta estrada têm de passar junto de muitos turistas. Há longa data que os residentes desta zona enfrentam estes problemas. Mas, após as referidas medidas de restrição, o trânsito rodoviário na Av. de Sidónio Pais, Rua do Campo e Av. do Conselheiro Ferreira de Almeida ficou mais fluido. Mais, os residentes desta última avenida apoiam estas medidas.

Essas medidas de controlo do tráfego são devido à realização das obras de drenagem na Avenida de Almeida Ribeiro, mas o certo é que fizeram desconcentrar o fluxo dos autocarros de turismo. Os condicionamentos de trânsito serão levantados, segundo as previsões, até finais de Agosto. Face aos resultados positivos obtidos, deve o Governo seguir de perto e prestar atenção ao evoluir da

situação, bem como pensar em aplicá-los no futuro a longo prazo, o que não só ajuda a ordenar o trânsito nas proximidades do Tap Seac, como, para os residentes da zona envolvente, minimiza ainda os efeitos causados pelos visitantes.

Em termos de longo prazo, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e a Direcção dos Serviços do Turismo devem reforçar a sua colaboração, para melhorar as passagens pedonais entre a Rua de D. Belchior Carneiro e a Praça do Tap Seac, a fim de atrair ou encaminhar as excursões para as ruas do Bairro de S. Lázaro e do Volong, que são mais largas, e evitar a concentração de visitantes na estreita Estrada do Cemitério. Mais, devem as autoridades estudar, com base nessas experiências, os horários de circulação dos autocarros de turismo e as medidas da sua dispersão, bem como a criação, após a conclusão das obras na Avenida de Almeida Ribeiro, de pontos de largada e tomada de passageiros dos autocarros de turismo no Porto Interior, de forma a aliviar a pressão do tráfego entre a Rua de D. Belchior Carneiro e a Praça do Tap Seac, aumentando a fluidez do trânsito.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 12.07.2018

Desenvolvimento profissional do pessoal da área da saúde

O “Regime de Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde” está em discussão há muito tempo, e o Governo referiu que vai entrar brevemente em processo legislativo. Este regime vai afectar todo o desenvolvimento do sector da saúde e elevar a qualidade dos serviços de saúde prestados em Macau.

Um dos pontos importantes desta lei é a especialização do pessoal do regime de acreditação, uniformizando o método de formação destes profissionais quer no sector público, quer no privado, mas os pormenores irão ser regulados por regulamento administrativo, em especial, a formação da faculdade de medicina e o regime de acreditação das especialidades médicas. Mas muitos médicos das entidades particulares referiram que estão preocupados com as formações que já frequentaram (fora do hospital público) nas respectivas áreas de especialização, pois poderão não estar em conformidade com o exigido no regime transitório, isto é, mesmo que tenham muita experiência poderão não conseguir exercer a sua função. O Governo referiu que os médicos do sector particular podem passar por um exame e frequentar um estágio de especialização, mas ainda ninguém sabe quais os respectivos critérios, e mais, quando os médicos “param de trabalhar também têm de parar de comer”, e isso é um grande encargo para eles.

A criação de uma academia e de um regime de reconhecimento das especialidades médicas visa elevar a qualidade da medicina em Macau. Como as instituições de saúde do sector privado e das ONG têm assumido parte das responsabilidades do sistema de saúde público, a meu ver, as autoridades devem reforçar a comunicação com essas instituições na discussão sobre o referido regime de reconhecimento, auscultando os sectores envolvidos, especialmente os médicos especialistas que, concluída a formação de especialidade, estão a trabalhar nas clínicas privadas. Assim, o regime de especialização em medicina deve respeitar a necessidade da qualidade na medicina e a longa experiência desses especialistas. Para os médicos privados que já estão a exercer e têm interesse numa especialização, há que prestar-lhes apoio durante o período de formação, reduzindo, deste modo, a preocupação desse sector. Quanto à

melhoria do ambiente de trabalho, deve-se considerar o ambiente actual e não “partir a tigela de arroz” deles com a reestruturação do sector. Por isso, sugiro um maior contacto entre o Governo e esses médicos privados, e a definição de um período transitório adequado, para os médicos especialistas experientes poderem continuar a exercer a actividade. No futuro, sugiro o reforço do conceito de medicina de família e um estudo sobre a caracterização da medicina como sector, a par da melhoria contínua das medidas de apoio financeiro e do programa de vales de saúde, com vista ao desenvolvimento equilibrado e saudável do sistema de saúde constituído pelos sectores público, privado e não governamental.